



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 680107 - RJ (2021/0218906-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : HADERLANN CHAVES CARDOSO E OUTROS  
**ADVOGADOS** : DANIELA RODRIGUES TEIXEIRA - DF013121  
RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH - DF026966  
GUSTAVO TEIXEIRA GONET BRANCO - DF042990  
FELIPE FERNANDES DE CARVALHO - DF044869  
HADERLANN CHAVES CARDOSO - DF050456  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIAO  
**PACIENTE** : JACOB BARATA FILHO  
**CORRÉU** : SERGIO DE OLIVEIRA CABRAL SANTOS FILHO  
**CORRÉU** : JOSE CARLOS REIS LAVOURAS  
**CORRÉU** : LELIS MARCOS TEIXEIRA  
**CORRÉU** : MARCELO TRACA GONCALVES  
**CORRÉU** : JOAO AUGUSTO MORAIS MONTEIRO  
**CORRÉU** : ALVARO JOSE GALLIEZ NOVIS  
**CORRÉU** : EDIMAR MOREIRA DANTAS  
**CORRÉU** : ROGÉRIO ONOFRE DE OLIVEIRA  
**CORRÉU** : CLAUDIO SA GARCIA DE FREITAS  
**CORRÉU** : DAYSE DEBORAH ALEXANDRA NEVES  
**CORRÉU** : ALEXSANDER LUIZ DE QUEIROZ SILVA  
**CORRÉU** : BERNARDO LEDERMAN ZAJD

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JACOB BARATA FILHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO.

O paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, a pena privativa de liberdade em regime inicial fechado pela prática dos delitos de corrupção ativa e organização criminosa. Na sentença, foram mantidas as medidas cautelares diversas da prisão anteriormente decretadas pelo Juízo de origem, entre as quais a de "suspensão do exercício de cargos na administração de sociedades e associações ligadas ao transporte coletivo de passageiros".

Aduz a parte impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente da decisão monocrática que indeferiu pedido de liminar formulado em *habeas corpus*

impetrado perante o Tribunal de origem, visando à revogação da medida cautelar acima referida.

Sustenta que, com a prolação da sentença não mais subsistem os motivos justificadores da aludida medida cautelar, decretada com o fim específico de garantia da instrução criminal.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que seja revogada a medida cautelar impugnada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Insurge-se o impetrante contra decisão monocrática que indeferiu pedido liminar em *habeas corpus* impetrado perante o Tribunal local.

O STJ firmou o entendimento no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

Entretanto, a aplicação do referido verbete pode ser afastada quando ficar caracterizada ilegalidade manifesta, o que, à primeira vista, ocorre no caso sob análise, que se concentra nos postulados principiológicos da provisionalidade e acessoriedade das medidas de urgência, uma vez que, consoante o relatado, embora sentenciado o processo no qual foi decretada a medida cautelar de afastamento do paciente das funções inerentes à administração de sociedade empresária de que é membro, a restrição foi mantida na sentença condenatória proferida pelo Juízo de origem.

Depreende-se dos autos que a medida cautelar impugnada foi decretada originalmente por conveniência da instrução criminal, buscando-se com a medida impedir

que o paciente utilizasse de sua posição nas empresas relacionadas com as práticas criminosas objeto das ações penais que tramitavam perante a 7ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro para ocultar provas ou coagir eventuais testemunhas.

Não obstante, as ações penais que guardavam alguma proximidade com a medida cautelar sob análise (Processos n. 0502138-78.2018.4.02.5101; 0505914-23.2017.4.02.5101; e 0505915-08.2017.4.02.5101) já tiveram a instrução processual encerrada e a sentença proferida, de modo que, sob o ângulo do devido processo legal, afigura-se indevida a manutenção de seus efeitos sem que esteja devidamente comprovada essa necessidade.

Destarte, as medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal têm como objetivo tutelar os interesses do processo ou da sociedade, mas não podem subsistir após sentença quando alteradas substancialmente as circunstâncias fáticas justificadoras da constrição judicial.

No caso, encerrada a fase instrutória dos feitos relacionados com a medida cautelar hostilizada, o receio de que o paciente venha embaraçar a colheita de provas não mais subsiste, de modo que a manutenção da restrição configura manifesto constrangimento ilegal, passível de correção pela via célere do presente *writ*.

Ante o exposto, defiro o pedido liminar para determinar a cassação da medida cautelar de suspensão do exercício de cargos na administração de sociedades e associações ligadas ao transporte coletivo de passageiros imposta ao paciente JACOB BARATA FILHO.

Comunique-se com urgência ao Juízo de primeira instância e ao Tribunal de origem, solicitando-se-lhes informações, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente